

Os Outros dos Outros: Relações de alteridade na Etnologia Sul-Americana



Reitor

Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor

Rogério Andrade Mulinari

Diretor da Editora UFPR

Gilberto de Castro

Conselho Editorial

Andrea Carla Dore
Cleverson Ribas Carneiro
Francine Lorena Cuquel
Lauro Brito de Almeida
Maria Rita de Assis César
Mario Antonio Navarro da Silva
Nelson Luis da Costa Dias
Paulo de Oliveira Perna
Quintino Dalmolin
Sergio Luiz Meister Berleze
Sergio Said Staut Junior

Os Outros dos Outros: Relações de alteridade na Etnologia Sul-Americana

Edilene Coffaci de Lima e Lorena Córdoba
(Orgs.)

Editora
UFPR

© Edilene Coffaci de Lima e Lorena Córdoba

Os Outros dos Outros: Relações de alteridade na Etnologia Sul-Americana

Coordenação editorial
Daniele Soares Carneiro

Revisão
Fabrício Alberto de Oliveira

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa
Reinaldo Weber

Foto da capa

Doroteo Giannecchini e Vincenzo Mascio 1995 [1898]: *Album fotográfico de las misiones franciscanas en la República de Bolivia*, La Paz, Banco Central de Bolivia/Archivo y Biblioteca Nacional de Bolivia, fotografia nº 36. Legenda original: "Los Noctenes y los Chiriguanos que se hallan en litigio entre sí, tienen en las manos las flechas y el P. Misionero que los apacigua". Reproduzida com a gentil autorização do Arquivo Franciscano de Tarija, Bolívia.

Série Pesquisa, n. 188

Coordenação de Processos Técnicos. Sistemas de Bibliotecas. UFPR

Os outros dos outros: relações da alteridade na etnologia sul-americana / Edilene Coffaci de Lima e Lorena Córdoba (orgs.). – Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

274p.: il., mapas. - (Pesquisa; n. 188)

ISBN 9788573352825

Inclui referências

Vários autores

1. Etnologia – América do Sul. 2. Antropologia – América do Sul. 3. Índios da América do Sul. I. Lima, Edilene Coffaci de, 1967-. II. Córdoba, Lorena. III. Série.

CDD 305.8

ISBN 978-85-7335-282-5

Ref. 626

Editora UFPR

Rua João Negrão, 280, 2º andar, Centro

Caixa Postal 17.309

Tel.: (41) 3360-7489 / Fax: (41) 3360-7486

80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil

www.editora.ufpr.br

editora@ufpr.br

2011

Sumário

- Mapa com as principais etnias citadas / 21
- Jogando com espelhos: os Ye'kuana e seus outros / 23
Karenina Vieira Andrade
- A guerra interétnica no médio Pilcomayo (1883-1938) / 39
Federico Bossert, José Braunstein e Alejandra Siffredi
- Os Mebengokré e seus Outros do ponto de vista das mulheres / 57
Clarice Cohn
- Conflitos e alianças indígenas no sul do Estado do Amazonas.
O caso dos Tenharim do rio Marmelos (Tupi-Kagwahiva) / 71
Edmundo Antonio Peggion
- Adversários e mediadores: os outros dos Yaminawa no processo de contato / 83
Laura Pérez Gil
- Os moros ruivos, ou a classificação impossível / 95
Isabelle Combés
- As estruturas da nomenclatura étnica na história dos panos meridionais / 109
Lorena Córdoba e Diego Villar
- Comparando taxonomias sociais ameríndias, investigando noções de “gente” / 119
Denise Fajardo Grupioni
- Quem são os Noke Kuin? Acerca das transformações dos Katukina (pano) / 135
Edilene Coffaci de Lima
- Quais outros? Relações interétnicas na fronteira, o caso dos Wayãpi no Brasil
e na Guiana francesa / 149
Silvia Lopes da Silva Macedo
- As máscaras socioétnicas das danças apolenhas (Apolo, piemonte boliviano) / 159
Francis Ferrié

Os Yuhupdeh vistos de outro lugar / 169

Pedro Lolli

“O toba não tem amigos”: Perspectivas mocoví sobre o “outro” aborígene / 183

Alejandro Martín López

Percepções andinas da “alteridade”: *ch’ullpas* e *ch’unchus* no sul peruano / 197

Pablo F. Sendón

O parentesco pervertido: nota sobre a feitiçaria entre os Aweti do Alto Xingu / 211

Marina Vanzolini

Bibliografia Geral / 225

Sobre os autores / 263

As estruturas de nomação étnica na história dos panos meridionais¹

Lorena Córdoba e Diego Villar ²

Introdução

Denominados “panos sudorientais” pela tradição etnológica, entre os grupos pano-falantes da alta Amazônia boliviana figuram tradicionalmente os chacobos, os pacaguaras e os caripunás³. A tese canônica sobre a origem desses grupos é que eles são “parcialidades”, “subtribos” ou “frações” de uma antiga “tribo” ou “nação” muito mais extensa: os pacaguaras (Armentia 1976; Cardús 1886; Nordenskiöld 2003; Métraux 1948: 449; Shell 1975: 19, 23-24). Sem dúvida, devido à homonímia, supõe-se que os escassos pacaguaras contemporâneos são descendentes diretos dos numerosos pacaguaras coloniais, e que sua extraordinária diminuição demográfica se explica em função das epidemias e matanças.

Entretanto, esta teoria dificilmente permite entender como os pacaguaras, que aparentemente eram um milhar em tempos das viagens de Alcide d’Orbigny (1839: 279), se viram reduzidos em pouco tempo a uma dúzia de indivíduos; nem como os chacobos, que na mesma época não existiam como tais, atualmente alcançam um milhar de pessoas. A verdade é que os nomes “chacobo” e “caripuna” surgem a partir de 1845, com as explorações fluviais do prefeito Palácios (Palácios 1852: 5-9, 13-14). Antes

1 Texto original em espanhol traduzido por Miguel Carid Naveira.

2 Este trabalho retoma de modo sintético alguns dos dados e conclusões apresentadas em Córdoba 2008, Córdoba e Villar 2009, Villar *et al.* 2009. Agradecemos a Laura Pérez Gil, Marina Vanzolini, Isabelle Combès e Philippe Erikson pelo apoio material dado para a pesquisa, assim como o institucional do CONICET (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas) na Argentina e do CNRS (bolsa Lelong) e da Fondation Maison des Sciences de l’Homme (bolsa Hermès) na França.

3 A família linguística pano conta com aproximadamente 50.000 falantes e engloba cerca de 30 línguas faladas em um espaço amazônico contínuo entre Peru (Loreto, Ucayali, Huánuco e Madre de Dios), Brasil (Amazonas, Acre e Rondônia) e Bolívia (Beni, Pando) (Erikson 1993).

dessa data, as fontes falam em sua grande maioria de “pacaguaras” e em menor medida de “sinabos”, de “ísabos” e de “capuibos”. Em meados do século XX, quase todos os gentílicos desaparecem, e aparentemente ficam só os “chacobos” e uma exígua dúzia de “pacaguaras”.

Da mesma maneira, a teoria tradicional sobre os panos meridionais também não explica consistentemente a vertiginosa desapareição dos caripunas. Desde 1850, numerosos viajantes falam em concentrações de centenas e até milhares de caripunas nas margens de rios como o Beni, o Orthon, o Madeira e o Mamoré (J. Keller Leuzinger e F. Keller Leuzinger 1875: 11; Matthews 1875: 34; Ballivián e Pinilla 1912: 79; Torres López 1930: 194-195). Pouco tempo, no entanto, surgem informações sobre sua dramática desapareição; quando em 1953 a médica e etnóloga austríaca Wanda Hanke visita os chacobos, lhe dizem, por exemplo, que os caripunas “já não existem mais” (Hanke 1956: 13-14; 1949: 5-6; Armentia 1897: 80; Guisbert Villaroel 1992).

Sabemos, por último, que nomes como “sinabos” ou “capuívos”, tradicionalmente assumidos como “etnias”, designam na realidade antigas parcialidades que os atuais chacobos conhecem como *maxobo* (lit. “gente da mesma cabeça”): assim, os “sinabos” são os *xênabo* (“gente verme”); os “capuibos”, os *capëbo* (“gente jacaré”); os “yssabos”, os *ísabo* (“gente porco-espinho”) (Córdoba e Villar 2002: 76-80). Em tais circunstâncias, o mínimo que pode se dizer é que o jogo de relações entre denominações como “chacobo”, “pacaguara”, “sinabo”, “capuibo” ou “caripuna” está longe de ter sido resolvido, e que é necessário analisar, ainda que brevemente, o ciclo de seu desenvolvimento histórico.

Três estruturas de nominação interétnica

Se buscamos propor uma leitura alternativa dessas desconcertantes discontinuidades etnonímicas, é necessário assumir que os etnônimos dos pano meridionais não designam entidades sociológicas discretas, mas uma trama variável de categorias que refletem articulações, mediações e relações. Sob essa perspectiva, os gentílicos não identificam uma população estável e precisa, mas categorias genéricas que operam de forma orientada e circunscrita segundo a racionalidade de cada contexto (Villar 2004). Termos como “pacaguara”, “chacobo” ou “caripuna” traduzem diferentes experiências de relação entre diversos atores sociais. Não será possível entender a passagem de “pacaguara” para “chacobo” se não forem compreendidas as tramas de relações, por um lado, entre os panos e os indígenas vizinhos de diversas famílias linguísticas, e, por outro, entre os indígenas e os diversos

agentes colonizadores: missionários, caucheiros, exploradores, militares, e mesmo os estados nacionais. O trânsito entre os sucessivos estratos de nomeação não devem ser interpretados em chave moral, com um caminho hegeliano inexorável que vai dos exônimos “falsos” até os endônimos cada vez mais “verdadeiros” – isto é, a leitura politicamente correta da etnonímia (Richard 2008: 32): as estruturas nominiais que condensam a relação entre indígenas e missionários em finais do século XVIII não são mais falsas nem mais autênticas que as que os vinculam depois com os caucheiros, exploradores, militares ou as atuais organizações de desenvolvimento.

De meados do século XVIII a meados do XIX, uma primeira estrutura de nomeação mostra as fontes saturadas de “pacuaguas”⁴. Inclusive quando se sabe com certeza que há “isabos” e “sinabos”, como nas expedições do padre Francisco Negrete em 1795, se fala de modo genérico em “pacaguas” para designar aos indígenas pano-falantes em geral (ANB GRM MyCH, vol. 15, doc. 15, 1796-1797, f. 418)⁵. Categorias como “sinabos”, “capuibos”, “isabos”, “pacaguas”, “guacanaguas”, “vinoriaguas” ou “tiatinaguas” aparecem de forma intermitente, recortadas sempre contra o pano de fundo pacaguara⁶. Do Madidi até o Mamoré, do Madre de Dios até São Borja, suas derivações (“paca-uáras”, “papa huaras”, “pacabarís”, “pacanabos”, “pasaguas”) traduzem a relação ambivalente entre os panos e a frente colonizadora: ignorando a prédica, fugindo ao monte, atacando as missões, os pacaguas se apresentam como arquétipo de uma

4 Antes do século XVIII aparecem nas fontes apenas referências duvidosas a possíveis grupos de língua pano. Em 1570, por exemplo, Álvarez de Maldonado descreve entre os “chunchos” do Beni aos “roanos” (1906: 63-65), e *Roa* é o nome de uma das metades yaminahua. Segundo Armentia o termo significa “padre” (1905: 105, 117). Por outro lado, *Roa* é um apelido associado ao nome *Coya* entre os atuais chacobos, o que nos leva a imaginar a possibilidade de que os “roanos” tenham sido chamados assim devido a seu líder. A primeira menção ao termo pacaguara (“pacavara”) parece provir de uma expedição aos “nayras” (*nobirias* é a categoria usada pelos chacobos atualmente para designar a gente em geral), realizada desde a missão de São Pablo sob o comando do Capitão Nivelé em 1753 (ARSI 21, Anónimo 1753, ff. 225-226v).

5 Ver Hervás (1800: 249); Chávez Suárez (1986: 257-258, 303, 442); Bueno (1907: 11); Barnadas e Plaza (2005: 124); Armentia (1897: 42, 1903: 195-199, 301-302, 350, 353-354); Sans (1888:80); Mendizábal (1932: 171, 192); Cardús (1886: 170); Palau e Sáiz (1989: 169-170); Parish (1835: 94, 96, 101); Haenke (1875: 127); Moreno (1973: 160); ANB GRM MyCH (1805, vol. 17, doc. 141). As melhores fontes de informação neste período são sem dúvida as expedições de Negrete: ANB GRM MyCh, vol. 15, docs. 13 (1795), 14 (1796), 15 (1796-1797), 16 (1797), 17 (1799-1800). Para uma transcrição e análise dos documentos sobre esses contatos, ver Villar *et al.* (2009).

6 Sobre essas categorias, ver ANB GRM MyCH, vol. 15, doc. 14, 1796, f. 354v; vol. 15, doc. 1796-1797, ff. 368, 370, 407v-408, 419-420; vol. 17, doc. 14, 1805, ff. 125-126; AGN, sala IX, Fundo Governo Colonial, documento 34-5-3; documento 31-7-8, ff. 1, 94v, 105v, 106, 107v, 121-122v; Bueno (1907: 11); Haenke (1875: 127); Campos (1780); Quiros (1780; ff. 31 e ss.); Avellá (1899: 124, 253, 254, 258); Burgunyó (1899: 272); Cortés (1899: 243-244); Rey e Boza (1899: Ixxi-Ixxii); Armentia (1897: 112, 1903: 199, 216-217); Sans (1888: 80); Saavedra (1906, vol. 2: 126); Chávez Suárez (1986: 106, 442-444).

selvageria irredutível. Neste período, o espaço ocupado pelos panos aparece caracterizado como uma terra de fronteira, inóspita, marginal à periferia desconhecida das planícies de Mojos (AGN, sala IX, Fundo Governo Colonial, documento 31-6-5, ff. 52-54; documento 31-7-8, f. 104v; documento 34-5-3; Rey e Boza 1899: Ixxiii; Armentia 1903: 191-192, 256, 216-217, 301; 1897: 42, 47).

É preciso ter cuidado, no entanto, para não apresentar as partes como atores homogêneos. Sabemos que o mundo missionário de finais do século XVIII é um campo dividido, heterogêneo, rasgado por tensões – o caso mais claro é o longo conflito entre o Colégio de Moquegua e o Bispado de La Paz (Saavedra 1906, vol. 2: 114-117, 122; Armentia 1903: 256, 270, 271, 292-293; 1897: 49, 51, 111; Rey e Boza 1899; Avellá 1899: 87; AGN, sala IX, Fundo Governo Colonial, documento 31-7-8, ff. 125-144v). Por parte dos indígenas também se percebem fraturas: as parcialidades pacaguaras brigam entre si, brigam com os cavineños e com os guacanaguas; alguns pacaguaras aceitam as missões e outros não; e entre os que as rejeitam, alguns as ignoram e outros as atacam (ANB GRM MyCh vol. 15, doc. 13, 1795, f. 341; vol. 15, doc. 14, 1796, f. 354; Ballesta 1907: 252-254; Armentia 1903: 253). Examinada com cuidado, até a típica oposição entre, de um lado, “fiéis”, “neófitos”, “civilizados”, e de outro, “bárbaros” ou “selvagens”, se apresenta como um contraste reversível. Com efeito, o mais frequente é que os próprios indígenas, em diferentes momentos, se aproximem da missão e depois voltem ao monte (Cortés 1899: 244; Avellá 1899: 195; Armentia 1903: 301-302; Sans 1888: 82-83, 98). Para desgosto dos missionários, os pacaguaras não se aproximam em busca de conversão teológica, mas perseguindo objetivos concretos. O primeiro é buscar asilo frente às tribos inimigas (Sans 1888: 83). O segundo é a obtenção de mercadorias, ferramentas e bens materiais (Avellá 1899: 252). Se é verdade que há episódios pontuais de abandono das reduções por epidemias, ou por maus tratos dos padres, a maioria dos casos revela uma lealdade intermitente: uma série de aproximações interessadas e retiradas sigilosas que evita o confronto direto e preserva sempre certa margem de independência (AGN, sala IX, Fundo Governo Colonial, documento 34-5-3; d’Orbigny 1843: 23; Sans 1888: 12, 98; Armentia 1887: 24-26, 1903: 191-192, 196, 354; Saavedra 1906, vol. 2: 116; Mendizábal 1932: 187, 192; Chávez Suárez 1986: 102, 106).

A segunda estrutura de nomeação étnica, que começa a ser percebida em meados do século XIX, apresenta uma complexidade ainda maior. De novo, oposições redutoras como indígenas “selvagens” vs. “civilizados” ou “índios” vs. “brancos” não bastam para compreender a realidade variável do contato. Além de haverem conflitos entre as diferentes parcialidades in-

dígenas, as notícias sobre os panos surgem em meio a conflitos entre missionários de diferentes congregações, missionários e caucheiros, patriotas e espanhóis, e depois entre bolivianos, peruanos e brasileiros. Os dados do começo do século refletem ainda um emaranhado de acusações recíprocas entre missionários cusquenhos e pacenhos. Os pacaguaras seguem aparecendo como indígenas difíceis, nem completamente colonizados nem completamente resistentes, que se aproximam e se afastam estrategicamente da frente de colonização – o exemplo paradigmático é a situação que descreve d’Orbigny na década de 1830 (d’Orbigny 1839: 279, 293, 309-310). Embora tenham participado das milícias durante a guerra da independência, seu alistamento contrasta com notícias de fugas à selva, comportamento errante, ataques às missões e dispersões repentinas. Nos testemunhos dos missionários, exploradores e militares, esta ambivalência se plasma na ideia recorrente de que os pacaguaras não são intérpretes, guias ou navegantes confiáveis tais como os cayuvavas, os reyesanos ou os mojeños (Keller Leuzinger 1874: 51-52, 120-125; Sanjinés 1895: 61; Armentia 1903: 80).

Mas se até 1850 o destino dos pacaguaras aparece cifrado em uma relação tensa e receosa com as diferentes missões, chega um momento em que a colonização se seculariza. Com as explorações da segunda metade do século XIX, o espaço ocupado pelos panos parece atomizar-se, enquanto os “pacaguaras” desaparecem paulatinamente da cena, deslocados pelos “chacobos” do lago Rogoagudo ao Beni, e pelos “caripunas” nas ribeiras do Mamoré e do Madeira (Palacios 1852: 5-9, 13-14; Herndon e Gibbon 1854: 269, 293-300; Keller Leuzinger 1874: 66-67; Armentia 1887: 42-43; 1890: 71-72, 82-83, 95-96; 1976: 32-33; 38-40, 79-81, 101, 107-109, 136-137). No mesmo local em que o padre Negrete encontra “pacaguaras”, Palacios encontra “chacobos” cinquenta anos depois. Na cachoeira Três-Irmãos, onde Matthews acha “pacaguaras” em 1874, Craig topa com “caripunas” em 1907 (Matthews 1875: 12; Craig 1907: 284). Os escasos dados sobre os pacaguaras passam a vir do norte, das ribeiras dos rios Orthon, Manupirí e Abuná (Church 1901: 147; Markham 1883: 175, 179, 186). Nesse novo contexto, os panos seguem relacionados com os missionários, mas também, e fundamentalmente, com exploradores, caucheiros e militares – em suma, com os atores que personificam o avanço inexorável da consolidação nacional (Heath 1882: 123-127, 133; 1882b: 9; Markham 1883: 319-320, 324; Quevedo 1875: 177-178; Pando 1897: 5, 32; Church 1901: 147; Balzan 2008: 331; Bayo 1911: 274, 337-338, 344; Fawcett 1991: 70, 104, 114; Craig 1907: 284, 290, 343, 363-366; Nordenskiöld 1906: 108-109, 124; 2003: 85-124; Ritz 1935: 138-139).

Mais uma vez, seria errado pensar as forças em disputa como entidades homogêneas. Os panos aparecem envolvidos em disputas por jurisdições

provinciais e fronteiras nacionais, e os velhos argumentos dos religiosos cusquenhos e pacenhos são reproduzidos pelas missões diplomáticas que negociam as fronteiras entre Bolívia e Peru. Os indígenas utilizam os colonizadores: na década de 1880, os araonas se aliam com Vaca Díez para se proteger dos pacaguaras nortenhos (Heath 1882: 124-125; Torres López 1930: 320). Os indígenas também alternam quando lhes convém entre caucheiros e missionários, que começam a se enfrentar entre si pela propriedade dos índios – neste contexto não são raras as denúncias de “exploração” ou “escravidão” (Baldivieso 1896: 61; Sanjinés 1895: 65; Evans 1903: 637; Matthews 1875: 35). Por outro lado, sabemos que os panos também foram utilizados pelos agentes colonizadores: assim como os pacaguaras se veem envolvidos na guerra da independência, os chacobos aparecem em 1860 protagonizando uma revolta contra o prefeito do Beni (Armentia 1903: 339-342; Limpías Saucedo 1942: 161-162, 172-173). Os chacobos também aparecem no discurso do padre Loras legitimando os direitos bolivianos frente à intrusão dos interesses estrangeiros (Balzano 1985: 256-257; Sans 1888: 86).

Nesse período, o espaço ocupado pelos panos assume um caráter eminentemente fluvial, próximo aos rios explorados pelos diferentes expedicionários no marco da colonização republicana. Trata-se, portanto, de um espaço disputado pelos atores nacionais: no germe das disputas limítrofes que culminam com a guerra do Acre parece inevitável ler o etnônimo “caripuna” como resultado de uma disputa de interesses geográficos, econômicos e políticos entre Bolívia e Brasil. Com efeito, os caripunas (brasileiros) aparecem contrapostos com os chacobos (bolivianos) em função de uma lógica de oposição nacionalista: o prefeito Palacios explora o Beni, o Marmoré ou o Madeira para o governo boliviano e encontra “chacobos” por toda parte; os irmãos Keller Leuzinger o fazem para o governo brasileiro e não encontram outra coisa que “caripunas”. Por parte dos caucheiros, finalmente, os persistentes informes sobre a hostilidade indígena – entre os quais talvez o episódio mais conspícuo seja a morte do caucheiro Gregorio Suárez – servem sem dúvida de pretexto para a exploração econômica e em alguns casos para o extermínio de populações nativas (Torres López 1930: 197-198; Fifer 1970: 135-136; Guisbert Villaroel 1992: 64-65).

A terceira estrutura de nomeação, finalmente, mostra porque a atual ideia do “povo chacobo” como uma “etnia” fechada, com limites bem definidos e um espaço vital nitidamente delimitado, data da década de 1950. Os caripunas somem por completo das fontes, aparentemente extintos, e “os últimos pacaguaras” ficam limitados a uma única família extensa (Hanke 1956: 15; Beghin 1976: 134; Kelm 1972; Bórmida e Califano 1974; Prost 1983). Assim, termina por consolidar-se o panorama contem-

porâneo dos “panos bolivianos”, compostos por três grupos bem diferenciados: os “chacobos”, que apenas excedem o milhar de pessoas em uma vintena de comunidades estabelecidas entre os rios Ivon, Benicito e Yata (Províncias Vaca Díez e Yacuma, departamento de Beni); os autodenominados “pacaguaras”, que se limitam a uma família mestiçada com os chacobos de Alto Ivon e Porto Tujuré; e os “yaminahuas”, pouco numerosos também, que chegam à Bolívia durante a segunda metade do século XX procedentes de Peru e Brasil, e se instalam na região do Acre, na província Nicolás Suárez do departamento de Pando (Fernández Erquicia 1991).

Depois da revolução de 1952 e a conseguinte lei de Reforma Agrária, sancionada um ano depois, os panos bolivianos experimentam uma nova conversão: em vez de “bons cristãos” o governo nacional procura transformá-los em “bons cidadãos” bolivianos. Para tanto, os reúne no Núcleo Indígena Ñuflo de Chávez, ao mesmo tempo em que convida o Summer Institute of Linguistics para trabalhar nas comunidades do Benicito: assim, o conceito de um povo unificado que reúne em um mesmo território parcialidades enfrentadas de longa data, reflete uma nova experiência de integração no mercado regional de interação com o governo em planos de desenvolvimento, que em seu conjunto costumam impor a necessidade de interlocutores bem singularizados. Sob as sucessivas tutelas do Summer Institute of Linguistics, da Missão Evangélica Suíça desde 1980 e, a partir da última década, da pujante organização CIRABO (Central Indígena da Região Amazônica Boliviana), o território disponível para os chacobos e pagaguaras passou progressivamente de 43.000 hectares, tituladas pelos religiosos do SIL, aos atuais 510.000 hectares, cuja propriedade é oficialmente reconhecida como “Terra Comunitária de Origem chacobo-pacaguara” nos títulos concedidos às comunidades em 2003 e 2006.

Conclusão

A leitura diacrônica das fontes mostra que não há que temer as descon-tinuidades nominais. No mesmo lugar em que Negrete encontra “pacaguaras” a finais do século XVIII, Palacios encontra “chacobos” cinquenta anos depois; e onde Matthews encontra “pacaguaras” em 1874, Craig topa com “caripunás” em 1907. Se revisamos a documentação disponível, notamos que os nomes pessoais dos pacaguaras coloniais são mais parecidos com os atuais nomes chacobos que os modernos nomes pacaguaras. Com efeito, os “pacaguaras” de Negrete se chamam Cana, Coya, Iba, Yari, Yuca, Ramí, Bari, Naba, Geuma, Pua, Toy, Maba etc. (ANB GRM MyCh vol. 15, doc. 13, 1795, f. 344; vol. 15, doc. 15, 1796-1797, f. 415; Erikson 2002, Villar

et al, 2009, apêndices 2 e 3). Algo similar acontece entre os “guacanaguas” de ixiamas (Yba, Bani, Maru, Guara, Yuca), entre os quais figuram, ademais, nomes que contém a partícula pano ‘-nahua’, seja como prefixo (“naguarazu”), seja como sufixo (“caranagua”) ou inclusive como sobrenome (“nagua”) (Quiros 1780: ff. 31 e ss.). Aparecem nomes “panoides” também na parcialidade “padiona” da mesma redução: Maro, Bani, Nabi, Ybabari (AGN, sala XIII, Fundo Documental Contaduría, documento 17-9-4).

Por outro lado, parece surpreendente a homogeneidade linguística dos léxicos recolhidos em diversas parcialidades pacaguaras, chacobos ou caripunás distantes entre si tanto no tempo quanto no espaço: para citar apenas os léxicos compilados antes do advento da linguística profissional, pensemos em Lázaro de Ribera no final do século XVIII (Palau e Sáiz 1989: 169-170); d’Orbigny na década de 1830 (1839, 1843, 1845, Ricketson 1943); Keller Leuzinger (1874), Heath (1879, 1880, 1881, cit. em Ricketson 1943), Armentia (1885, 1887, 1890, 1976, Ricketson 1943) ou de la Grasserie (1890) nas décadas de 1870, 1880 e 1890; Rivet (1910), Nordenskiöld (2003) ou Hanke (1956) no século XX. Definitivamente, a consideração conjunta dos repertórios onomásticos com as mostras lexicais e as indicações de localização geográfica sugerem que os “pacaguaras” de Negrete são os “chacobos” de Palacios.

Fica claro, dessa maneira, a necessidade de deixar de pensar em “etnias” ou “grupos étnicos” para ampliar a perspectiva até enfocar uma unidade de análise maior, que poderíamos chamar de “panos surenhos” ou “meridionais” (Susnik 1994: 76; Erikson 1993). Deve-se pensar em uma espécie de magma de grupos pano-falantes que corta transversalmente o que é o atual norte boliviano, desde a fronteira com o Peru até o limite com o Brasil: sobre esse pano de fundo, diversos processos históricos como os diferentes tipos de evangelização, as disputas fronteiriças, as epidemias, a colonização caucheira, as migrações – e, por que não, os etnólogos – atravessam as diversas “etnias” que depois a tradição antropológica identifica. Do ponto de vista diacrônico, o quadro global de perda territorial tem resultados certamente dramáticos para os panos: até finais do século XVIII, as parcialidades pano-falantes se desdobram em um conjunto heterogêneo, porém mais ou menos homogêneo, através do norte todo da Bolívia, numa área que vai da atual fronteira ocidental com o Peru até a atual fronteira oriental com o Brasil. Mais tarde, à medida que a colonização religiosa e secular avança, e particularmente a partir da guerra da independência e do estabelecimento progressivo das fronteiras nacionais, começa a se fazer visível sua paulatina atomização, processo que termina de se cristalizar durante o século XX, em conjunção com as ideias impostas do exterior sobre as “etnias” e sua tradução especializada nas “terras comunitárias de origem”.

Entretanto, vimos que os etnônimos traduzem uma trama dinâmica de mediações, e seu desenvolvimento instável desde o século XVIII até a atualidade sugere que a história dos panos meridionais é fundamentalmente uma história de relações interétnicas. Não há nem houve nunca “etnias” isoladas que depois entram em contato entre si: a mestiçagem, a circulação, o multilinguismo, as trocas, constituem sua condição originária. Ao sul de Mojos, Lorenzo Hervás denomina a missão de São Borja, morada de um grupo de pacaguaras, “retrato de Babel”; e as crônicas descrevem a mesma composição híbrida em Reyes e Cavinás (Hervás 1800: 249; Sans 1888: 81; Armentia 1905: 107). O mesmo se passa a oeste, em Santiago de Pacaguaras, onde os grupos de língua tacana convivem com grupos “panoides”: pacaguaras, guacanaguas, vinoriaguas, tiatinaguas etc. A leste, o governador Zamora também aproveita a natureza multiétnica da região: para reduzir os pacaguaras “selvagens” escolhe como intérpretes aos cayuvavas e aos pacaguaras criados desde pequenos nas missões de Reyes e São Borja (Chávez Suárez 1986: 258). Em seguida, os pacaguaras evangelizados são distribuídos entre os cayuvavas de Exaltação, vivem “em união fraterna” com eles e apreendem sua língua (ANB GRM MyCH, vol. 15, doc. 15, 1796-1797, ff. 364, 414, 404-405; vol. 15, doc. 16, 1797, ff. 426-427, 432, 435-438, 441; vol. 15, doc. 17, 1799-1800, f. 448; Moreno 1973: 153; Chávez Suárez 1986: 442-444). Meio século depois, os chacobos do Yata falam sem problemas o cayuvava (Nordenskiöld 2003: 93-94, 116). Ainda hoje os chacobos da parcialidade *Tísstebo* (“gente carvão”) designam Exaltação por *cayuvamai* (“terra de cayuvavas”), lembram que os mais velhos lhes falavam de grandes povoados multiétnicos que compartilhavam com os cayuvavas, e declaram que são “nossos parentes” (*noba jímibo*) porque o mesmo mito que instaura as relações sexuais dá origem aos cayuvavas (Córdoba 2005, 2006).

Além do jogo de mutações semânticas entre categorias como “pacaguara”, “chacobo”, “caripuna” ou “ísabo”, compreensível ao fim e ao cabo em termos de uma certa proximidade etnolinguística, expressões como “pacaguaras reyesanos” ou “pacaguaras cavinás” obrigam a pensar então em associações regionais mais complexas entre os panos e os grupos vizinhos de outras famílias linguísticas – entre os quais os mais recorrentes são os cavineños, os araonas, os reyesanos e os cayuvavas (ANB GRM MyCh vol. 15, doc. 13, 1795, f. 340v; Ciuret m.s.; Armentia 1897: 34-35, 1903: 196; Sans 1888: 81; Mendizábal 1932: 172; Chávez Suárez 1986: 105; Brohan e Herrera 2009). As redes de trocas fazem circular palavras, bens e cônjuges em todos os sentidos: as crônicas mostram tanto pacaguaras vivendo entre os cavineños (na missão de Cavinás) como cavineños vivendo entre os pacaguaras (na missão de Santiago de Pacaguaras). Quando se produz

a insurreição contra o padre Mejía, em 1764, os pacaguaras abandonam as aldeias junto aos araonas e os toromonas, e tudo faz supor que depois vivem misturados com eles (Sans 1888: 72-73; Avellá 1899: 84, 88, 89, 91, 122-123, 143, 153, 179, 342; Cortés 1899: 244; Armentia 1903: 88). Quase um século depois, o padre Armentia encontra um araona falando em pacaguara, e logo depois Ciro Bayo observa os *xënabo* (sinabos) gritando *epereje* aos viajantes brancos, uma palavra que designa a instituição da amizade formal entre os tacanas (Armentia 1890: 95-96; Bayo 1911: 337-338; Michaël Brohan, comunicação pessoal). No plano da aliança, finalmente, as notícias de adoções, mestiçagens e capturas de cônjuges entre os diversos grupos são pouco menos que onipresentes (Ballivián e Pinilla 1912: 72-75; Guisbert Villaroel 1992:61).

Esta fluidez não pode ser explicada apenas em termos de uma lógica amazônica subjacente. No processo das alianças interétnicas não podem descartar-se processos históricos, singulares, que mostram a marca da intervenção externa: se os missionários se preocupam desde o início em reduzir a variabilidade dialectal a línguas gerais, no plano sociológico também procuram mestiçar (ou diluir) diferentes grupos fusionando aos mais rebeldes, como os pacaguaras, com outros mais submissos, como os cayuvavas (ANB GRM MyCH, vol. 15, doc. 17, 1799-1800, ff. 452-453). A combinação de diferentes lógicas de incorporação, de fato, persiste até a atualidade, como bem se pode constatar na reciclagem de grupos de movimas, pacaguaras e brancos nas redes genealógicas chacobo (Córdoba e Villar 2008). A revisão da etno-história dos planos meridionais revela uma sequência sinuosa, mas contínua, de processos de fissão e fusão, de concentração e de atomização, de acelerações e encolhimentos, mutações, mediações e relações que fazem com que categorias como “chacobo”, “pacaguara” ou “caripuna” não designem entidades étnicas fechadas, inalteráveis, homogêneas, mas remetam, ao contrário, a um jogo relacional de designações genéricas que aparecem, mudam e se esfumam significando diferentes coisas segundo os contextos, os interlocutores e as circunstâncias.